



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 02 | Nº. 3 | Ano 2021

Isabel Vilanculo
Odélio Nhiumane

Site/Contato

Editores

Cinthia Nolácio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

CULTURA E REPRESENTAÇÃO: O LUGAR DA MULHER NA CULTURA MOÇAMBICANA

**Culture and Representation: The Seat of Women in Mozambican
Culture**

RESUMO: Este artigo insere-se na temática sobre a “cultura e representação”, com enfoque no debate sobre o “lugar da mulher na cultura moçambicana”. O Estado Moçambicano garante a não discriminação entre homens e mulheres, desde a sua autonomia em 1975, fato que veio a ser devidamente explícito na constituição de 1990, que defendia de viva voz uma igualdade entre os homens. É verdade que desde o período que antecedeu a luta de libertação nacional, as mulheres criaram e participaram nos movimentos contra o colonialismo, mostrando interesse de ser agentes na construção da sua própria historicidade e fazedoras da sua própria cultura. O estudo materializou-se mediante o método indutivo, que partiu da leitura de diferentes artigos e obras secundárias versando sobre a matéria em voga. Concluiu-se que o lugar da mulher não deve ser dado como tentativa de subserviência desta, mas sim, deve nascer da consciência de cada um.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Representação; Mulher; Lugar.

ABSTRACT: This article is inserted in the theme about "culture and representation", focusing on the debate about the "place of women in Mozambican culture". The Mozambican state has guaranteed non-discrimination between men and women since its autonomy in 1975, a fact that became duly explicit in the constitution of 1990, which vividly defended equality between men and women. It is true that since the period before the national liberation struggle, women created and participated in movements against colonialism, showing interest in being agents in the construction of their own historicity and makers of their own culture. The study was carried out using the inductive method, which started by reading different articles and secondary works on the subject in question. It was concluded that the place of women should not be given as an attempt at subservience, but rather should be born from the conscience of each one.

KEY WORDS: Culture; Representation; Woman; Place.

CULTURA E REPRESENTAÇÃO: O LUGAR DA MULHER NA CULTURA MOÇAMBICANA

Isabel Vilanculo¹
Odélio Nhiuane²

INTRODUÇÃO

Não queremos no presente artigo discutir os conceitos que levantamos, pelo fato de muitos pesquisadores já terem se ocupado nessa matéria. A nossa preocupação, neste sentido, é indagar sobre o lugar que a mulher ocupa na cultura moçambicana, assim como os desafios na aceitação da diversidade cultural no contexto moçambicano. Para compreendermos e analisarmos o lugar do gênero no ambiente sociopolítico e cultural em Moçambique, nas suas várias facetas, devemos ter em conta o contexto histórico e cultural de Moçambique e das suas regiões norte (incluído centro) e sul. É preciso lembrar que Moçambique atravessou na sua história vários momentos, desde a colonização até a independência, onde afigura-nos ser necessário mostrar o lugar que a mulher ocupou em todo esse processo (pré-colonial, colonial e Moçambique pós-independência). É verdade que Moçambique é um país multicultural (língua, cultura, ideologia etc.), em que cada região exibe sua cultura e representação. Tanto é verdade também que em cada região de Moçambique a mulher tem seu espaço e significado para o tecido social e cultural.

Na região centro e norte do país, por causa das influências islâmicas e a agricultura como uma das principais bases econômicas, a mulher tem mais significância, ou seja, tem mais poder de decidir sobre a sua linhagem. E no sul, comparativamente por causa da existência de mais gado bovino, e ser uma região na sua maioria cristã, os homens é que tem mais poder de decidir sobre a sua linhagem. Eis então, o contexto em que se assiste questões como: Lobolo, Livirato, Sororato, Kutchinga, etc., em que alguns serão palco de análise deste estudo. É sobre a diversidade e globalização de identidades (culturas) que se tece o mundo contemporâneo em que vivemos, o que permeia um campo fértil de hibridação de pessoas e de culturas que modificam os hábitos socialmente instituídos, tornando cada vez mais complexo perceber até que ponto as leis difundidas e defendidas têm tido efeito em todos os lugares. Baseado na revisão bibliográfica que fizemos, o artigo compreende cinco partes: resumo; introdução; desenvolvimento; conclusão, e por fim a indicação das referências consultadas.

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade Pontifícia Salesiana – Roma, Docente no curso de Filosofia na Universidade Save – Extensão da Maxixe; bellavilas@gmail.com

² Graduado em Ensino de História, com Habilitações em Geografia pela Universidade Save - Extensão da Maxixe – Moçambique. Coordenador de Pesquisa na Consultoria de Investigação e Treinamento, CITRE, E.I da Beira. e-mail: emidionhiuane@gmail.com

A mulher no processo da construção da Nação

Todos os segmentos sociais foram chamados para a marcha da construção da nação. Influenciado por uma ideologia socialista, a primeira mudança de paradigma para o estatuto da mulher ocorreu nesta altura, no qual o conceito de igualdade era central. Os princípios da igualdade do gênero foram consagrados na Constituição Moçambicana de 1975, mas antes urge em nós, a necessidade de encontrar as primeiras iniciativas da inclusão das mulheres no espectro social. Segundo Lilia, *et al* (2011, p.9), «durante o período que antecedeu a luta de libertação, as mulheres criaram e participaram em movimentos contra o colonialismo. A greve de Búzi, realizada em 1947, consistiu num movimento grevista que incluiu a participação de 7.000 mulheres que se recusaram ao cultivo do algodão, queimaram as sementes e participaram em outras acções contra as concessionárias algodoeiras, obtendo a isenção deste trabalho para as grávidas e mães com crianças de até 4 anos de idade».

Num período de decorrência da Segunda Grande Guerra Mundial, Portugal (pela ausência na guerra) intensificou o trabalho forçado nas suas colônias, como forma de alavancar a sua economia e responder com as necessidades da guerra. Foi neste regime salazarista que se assistiu a maior violência dos direitos humanos nas colônias portuguesas, e isso fez com que as mulheres no Búzi, imbuídas de espírito social e maternal, partissem à luta com fim de reivindicar os seus direitos. Na mesma senda, com os autores acima citados, nota-se que a luta de libertação de Moçambique teve início em 1964, e desde 1965 um grupo de mulheres camponesas solicitou treino militar à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) com o intuito de defender as populações que se encontravam sob sua responsabilidade.

Esta responsabilidade resultava da ausência masculina uma vez que, particularmente no Sul, a migração masculina para as minas da África do Sul era comum e como consequência levava a existência de povoados constituídos, em sua maioria, por velhos, crianças e mulheres que assumiam o papel de chefes de família. Esta iniciativa demonstra que, o motivo da reivindicação feminina para combater não se fundamentou em uma formação política, mas na necessidade que sentiram estas camponesas de se unirem em torno de uma causa colectiva para o seu bem e o de suas famílias (LILISIA, 2011, p.10).

Num período caracterizado pela migração em massa de homens do sul de Moçambique a procura de emprego nas minas sul-africanas, nota-se que as mulheres solicitam treinos a FRELIMO pela necessidade de querer defender as suas famílias e a todos que estavam aos seus arredores, pelo fato de muitos homens não se encontrarem nos leitos familiares pelas adversidades do tempo. Não obstante, as mulheres só foram aceitas para os exercícios militares

no ano de 1966, por parte do comité central da FRELIMO. Mas, partir daqui podemos dizer que foram lançadas as bases para o enquadramento da mulher no espectro moçambicano. Pelo fato de existirem divergências entre os membros da FRELIMO, uns duvidavam da capacidade das mulheres para a guerra e achavam que a contribuição delas ao processo revolucionário deveria restringir-se ao trabalho nas machambas, e nas demais tarefas de apoio, assim como acreditavam que a participação das mesmas era contrária a tradição.

«Aceitar a participação das mulheres na luta armada, foi um passo significativo para o reconhecimento das mulheres como agentes de mudança. Que foi acompanhado de muita resistência, porque nem todos os homens concordavam com a incorporação das mulheres na luta armada (LILISIA, *et al*, 2011, p. 9)». O mito de que os homens eram a humanidade, o mundo era masculino e apenas para estes existiam os direitos e poder fez com que cada vez mais houvesse o desafio de tal status quo por parte das mulheres. Estas começavam a ocupar os espaços políticos e sociais por mérito, e por tal questão é preciso congratular a bravura que as mulheres tiveram neste período. De agentes de casa lutaram para ocupar os espaços políticos, o espírito maternal extravasou os ângulos da família para uma dimensão da nação.

A mulher nos diversos espaços antropológicos em Moçambique

Afirmamos na introdução deste artigo, que a mulher nos diversos espaços moçambicanos (norte, centro e sul), ocupa *status* ou posições diferentes. «Moçambique tem uma cultura patriarcal muito forte nas estruturas familiares e nas relações sociais em todos os territórios do país, com diferenças regionais; o sul possui uma cultura familiar patrilinear, ao passo que o Norte dispõe de valores matrilineares, mas ambos são grandemente dominados pelos homens (WDR, 2012; BAUER, 2007 apud KARBERG, 2015, p.5)», é preciso vincar que não é na sua generalidade.

Com o autor, concordamos com a ideia de que a família baseia-se num sistema grandemente hierárquico, que gera a desigualdade entre o Homem e a Mulher. E Moçambique está dividido em uma sociedade patrilinear e matrilinear. A sociedade patrilinear define as raízes familiares, seguindo a linhagem masculina, e a sociedade matrilinear define as raízes familiares seguindo a linhagem feminina. Essas normas sociais e culturais desempenham um papel essencial na posição da Mulher na sociedade Moçambicana:

Na realidade, isto significa que nos sistemas patrilineares os homens assumem propriedade dos recursos de todos os agregados dentro da família, e é o homem que autoriza a mulher a utilizar certos recursos (KARBERG, 2015, p.14).

É necessário, ao menos com economia de palavras (sendo que não é o íntimo do nosso artigo), mostrar o contexto do surgimento dos sistemas matrilineares e patrilineares como forma de entendermos a diversidade regional e o papel que a mulher acaba ocupando nessas regiões moçambicanas. No contexto moçambicano, Pires (2000, p. 30) afirma que os sistemas matrilinear e patrilinear surgem ligados às atividades econômicas fundamentais desenvolvidas pelas sociedades. Desta forma, o autor afirma que o sistema matrilinear abunda no norte do Zambeze, que teve a prática da pecuária impossibilitada devido a mosca “Tse-tsé”. Tal questão, no entanto, fez com que houvesse a ocorrência da prática da agricultura, atividade que maioritariamente era praticada pelas mulheres. Desta forma, isto conferiu a mulher poderes sobre o homem. E o sistema patrilinear é dominante no sul do Zambeze, onde a pastorícia conferiu maiores poderes ao homem sobre a mulher.

É verdade que o sistema matrilinear, como descreve Pires (2000), é impulsionado pela prática da agricultura. Contudo, não devemos ignorar o fato de Moçambique ter adquirido fortes influências islâmicas, especialmente na costa norte (norte do Zambeze, na terminologia de Pires), marcando fortemente a cultura nesta região. Em sociedades matrilineares os bens geralmente passam de geração para geração através da família da mulher. Com isso, as culturas matrilineares fortalecem a posição da Mulher na sociedade, dado que a casa e as crianças continuam a fazer parte da família da mulher após um divórcio ou falecimento. Entretanto, a descendência matrilinear não significa que as mulheres mantêm o poder formal; na realidade, o poder de decisão pertence ao irmão da mãe (tio materno), que detém o direito de distribuir os bens e recursos. Portanto, ambos os mecanismos culturais refletem o domínio masculino (SARMENTO, 2011).

Para a matéria publicada no jornal O País,³ a natureza talhou as mulheres de particularidades orgânicas, morais e físicas diferentes daquelas existentes nos homens. Concedeu-lhes, por exemplo, o dom da maternidade que implica obrigações específicas e dinâmicas, em função dos desafios de cada espaço geográfico, momento histórico, fenômenos demográficos e formas de organização social. Assim, as tarefas mais sedentárias e de cariz doméstico eram reservadas às mulheres, enquanto as tarefas que exigiam hábitos migratórios, como a caça e a pesca, ficavam reservadas aos homens. Isso pode, em certa medida, ter contribuído para um certo desequilíbrio e estigmatização na hierarquia familiar.

O lugar da mulher na cultura moçambicana

³Jornal o País. *O papel da mulher no desenvolvimento rural*. 2014. Consultado em: http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/faoweb/lisbon/docs/O_Pa%C3%ADs_6_8_214.pdf

Os aspectos socioculturais e da tradição moçambicana que definem o lugar da mulher na sociedade são os sistemas de organização familiar, nomeadamente patrilinear (Sul do país) e matrilinear (Norte e Centro do país). Estes dois sistemas ditam as formas como as mulheres e homens são socializados e, conseqüentemente, as posições de cada um na sociedade. Segundo Maúngue (2020, p.4) são também aspectos culturais relevantes e parte da tradição, entre outros, o *lobolo*⁴, a poligamia, os casamentos prematuros, os ritos de iniciação e os rituais de purificação das viúvas pelo país. Nas sociedades matrilineares a descendência é através da linhagem materna, de modo que os bens passam de geração em geração através dos familiares da mãe, permanecendo, deste modo, na linha sanguínea.

«Aqui a posição da mulher é relativamente fortalecida porque, após um divórcio, a casa e os filhos continuam fazendo parte da família da mulher, conferindo-lhe alguma vantagem. Contudo, mesmo elas serem um elemento-chave, não significa que detenham o poder formal, porque o poder está investido no irmão da mãe (tio materno), que detém o direito de distribuir os bens e recursos. O *lobolo* ou casamento tradicional não é prática característica deste sistema de organização familiar (Maúngue, 2020, p.4)», mas actualmente acontece.

O sistema matrilinear confere um certo poder às mulheres, no que diz respeito a manutenção da guarda dos filhos e herança após o divórcio ou morte do marido. Entretanto, esse poder é simplesmente formal, porque quem distribuí e toma conta dos filhos do finado é o tio materno. O que indica que a mulher ainda não é vista socialmente (mesmo em sociedades matrilineares) como uma pessoa que pode responder por uma família e resolver problemas econômicos. Tanto no sistema matrilinear, como no patrilinear, a mulher é colocada como submissa, tendo a cozinha como lugar. Nas sociedades patrilineares a descendência é através da linhagem paterna. «Aqui o casamento é mais vinculativo e o divórcio mais ‘difícil’ e complicado para as mulheres, sendo que os filhos e os bens tendem a ficar com o marido, e em caso de morte do marido, com a família deste (COLLIER, 2007)».

No que diz respeito ao divórcio, a mulher simplesmente pode ser mandada embora, principalmente quando do casamento não resultam filhos. Neste sistema de organização familiar, o *lobolo* é um aspecto característico e marcante que vincula a mulher ao seu marido e à família deste. Ao contrário das sociedades matrilineares, a mulher é quem deixa a sua família para viver com a família alargada do marido por uns tempos, alegadamente para poder ser avaliada nas lidas domésticas e, depois, pode passar a viver somente com o marido, caso este tenha casa

própria (ARNFRED, 2011; TVEDTEN, 2011 citados em MAÚNGUE, 2020). É necessário entender aqui, que a mulher deve passar por um teste para viver com o seu marido, e no caso dela não conseguir responder com as exigências deste, será reprovada, mesmo que o marido goste dela. A sua família tem assento nessa decisão. No sul do país, a mulher é mais propriedade coletiva que individual, posto que tenha a função de trabalhar para os cunhados, sogros, tios etc.

De modo geral, as relações de gênero em Moçambique são caracterizadas pela posição subordinada das mulheres, quer nas comunidades patrilineares, quer nas matrilineares, na medida em que os costumes se assentam em formas de controle social que priorizam o coletivo, em detrimento do individual. Nestas organizações sociais, os papéis estão definidos com base nas relações de gênero que colocam as mulheres em posições subordinadas e as definem como detentoras da tradição e conservadoras da cultura, isto é, elas são elementos-chave nos dois tipos de comunidade, mas sem poder algum. Neste sentido, a autonomia e emancipação das mulheres podem ser vistos como aspectos que ameaçam o âmago da estrutura tradicional, na medida em que deixam espaço de manobra para que as mulheres sejam senhoras do seu destino, contrariando o relegado às posições subalternas (COLLIER, 2007, p. 12).

O lobolo no Sul de Moçambique

O *lovolo*⁵ é muito complexo, como instituição cultural, de tal forma que é bastante difícil esgotar o seu conteúdo através de uma definição feita em algumas linhas (como tentamos fazer anteriormente). Mas, pode se considerar como uma cobrança feita ao homem pelos pais da mulher com quem ele deseja casar, como condição para a legitimação da união conjugal, além da obtenção de direitos sobre ela. Há também a questão da fixação do parentesco sobre a descendência gerada pela sua união com essa mulher. Esta cobrança assume um caráter compensatório ou simbólico, encenado cerimonialmente.

As tradições, hábitos e costumes de cada região sofrem mutações com o decorrer do tempo, como forma de se adequar a esse contexto, perdendo elas ou não o seu significado. Por isso, Litsure e Cumbe (2021) deixam claro que:

«Com o decorrer do tempo, o *lovolo* sofreu as vicissitudes próprias da dinâmica cultural. O impacto do colonialismo e das missões cristãs introduziram mais duas formas de casamento: pela conservatória (Estado), e pela Igreja. No Sul de Moçambique, as duas foram aceites por um sector maioritário da população, e

⁴ O lobolo é um ato que define a situação das mulheres e dos homens, bem como estrutura as posições e como as relações sociais entre os dois passam a ser estabelecidas, vislumbrando-se manifestações do poder masculino em nome da cultura e da tradição.

⁵ É usado o termo *Lovolo* no sul de Moçambique (em Funhalouro concretamente) para se referir ao Lobolo.

actualmente a primazia legal está no casamento pela conservatória. Contudo o *lovolo*, mesmo perdendo o monopólio de regulamentar as uniões matrimoniais, continua existindo. Talvez porque o casamento na conservatória ainda não é muito acessível» (LITSURE; CUMBE, 2021, p. 21).

Neste ponto, temos aqui uma reflexão sobre duas questões: qual é o significado que o lobolo imprime para a mulher; e como ele tem sido interpretado na contemporaneidade no sul de Moçambique.

O Lobolo na contemporaneidade no Sul de Moçambique

Antigamente, o gado *vacum* era o principal património de uma linhagem, isto é, era o principal marcador de riqueza. Assim sendo, fazia sentido que aquela compensação tão importante, que era o cerne da instituição do *lovolo*, fosse paga através do elemento mais valorizado e prestigioso, no caso, o gado bovino, acompanhado sempre por outras coisas (bebida, rapé, vestuário, farinha de milho), de acordo com a demanda de cada período (LITSURE; CUMBE, 2021, p. 22). É preciso vincar que as formas de pagamento do *lobolo* não só dependiam da demanda dos períodos, mas também das condições económicas das partes envolvidas. Com a vinda da insegurança pela perda maciça de gado durante a conquista *nguni* do século XIX, e também a pandemia de *rinderpest* de finais de XIX, o pagamento de *lovolo* passou a ser feito de outras maneiras: no caso do Sul de Moçambique foram usadas enxadas de ferro, regra geral fabricadas pelos ferreiros vindos das montanhas do nordeste da África do Sul. Estas enxadas não eram usadas para cultivar, eram compradas e guardadas como tesouro para o dia que fossem necessárias (HARRIES, 1994).

Inicialmente o *lovolo*, entre os *Tsongas*,⁶ assumia aspecto de uma compensação. Isto decorria do fato de inicialmente, antes das instituições *tsongas* sofrerem muito o impacto da modernidade, o casamento não constituir um ato individual, tal como tende a ocorrer atualmente, mas uma espécie de contrato entre duas linhagens: a do noivo e a da noiva. Uma perde um dos seus membros e a outra ganha mais uma unidade. Para se compensar de uma diminuição prejudicial, a linhagem que perde uma unidade reclama uma compensação que lhe é concedida pela linhagem que ganha, sob forma de *lovolo*. «A entrega de dinheiro, de bois, cabras, enxadas permite a linhagem que perde adquirir, pelo casamento de um filho com uma mulher *de fora*, um novo membro para substituir o que perdeu, desta maneira, o equilíbrio é restabelecido (JUNOD, 1912 citado em LITSURE & CUMBE, 2021, p.22)». Na sua constituição, os bens que entregam

nas negociações do lobolo não significam compra (como tal), mas sim uma forma de manter o equilíbrio entre as famílias.

Deste modo, a mulher adquirida, ainda que conserve o nome da sua linhagem, insere-se no grupo do noivo numa situação de subalternidade. Pertence a nova família tanto ela como os filhos que tiver. Assim como é difícil traduzir *lovolo*, também o são os termos da nova condição jurídica da esposa. Em português costuma-se dizer que ela é *propriedade* da nova linhagem. Não é a posse individual de um homem, mas a propriedade coletiva de um grupo. Isto baseia-se nos princípios do próprio direito tradicional tsonga, em que ao indivíduo cabe o direito de uso da propriedade comunitária, mas não tem o direito de posse da propriedade individual. Isto era também aplicável relativamente ao direito do homem sobre a mulher *lovolada*.

Para Litsure e Cumbe (2021), o gado ora levado para o *lovolo* da mulher é um bem comunitário da linhagem, esta é a razão pela qual a mulher lobolada tem para além do marido, outros compromissos com os restantes membros da linhagem deste, tal como é o caso dos cunhados e sogros. É exatamente aqui onde o levirato e o sororato encontram fundamento como formas secundárias do matrimônio neste tipo de sociedades. Nesta perspectiva, o *lovolo* constitui um fator que contribui para a redução da dignidade da mulher, uma vez que esta é transformada em um bem ao serviço das vontades dos homens, limitando o seu direito de escolher de livre vontade o parceiro conjugal. Esta é a razão pela qual certas raparigas são entregues pelos seus progenitores como esposas de velhos, da idade dos seus pais ou avôs, em substituição das suas parentes falecidas no lar.

Atendendo que entre os *Tsongas*, o sistema de terminologia de parentesco é classificatório, em que as irmãs, primas e tias da mesma linhagem são colocadas todas na mesma categoria de *va hahane* (irmãs), a sobrinha pode ser indicada como substituta, pelos membros da sua linhagem, no lar da sua tia em caso de falecimento. Isto acontecia, ou possivelmente acontece ainda porque, por um lado, os bens pagos no ato de *lovolo* não podem se perder, devendo ser rentabilizados pela reprodução das mulheres lovoladas para a continuidade da linhagem. Por outro lado, a linhagem que recebeu os bens do *lovolo* não pode os devolver enquanto existirem dentro da linhagem mulheres ainda não lovoladas.

A dinâmica verificada na instituição do *lovolo*, resulta das crises sucessivas, já apresentadas nas secções anteriores, e os correspondentes ajustes e adaptações que a cada momento se tornaram necessários para garantir a continuidade desta instituição do casamento tradicional tsonga. De fato, o *lovolo* é um bom indicador das mudanças nas relações de força entre os gêneros, não só entre as linhagens, mas também no interior de cada uma destas

⁶ O etnônimo tsonga tem a sua origem na palavra thonga do idioma zulu. Trata-se de uma designação locativa zulu que em português significa Oriente ou Levante. Como etnônimo, foi empregue inicialmente pelos zulus para

(GRANJO 2005; FARRÉ 2015). Parte-se da proposição de que há linhagens com mais gado e outras com menos ou nenhum. Segundo as linhagens envolvidas e o seu nível de riqueza, podia aceitar-se que o pagamento não fosse feito de uma só vez, mas sim adaptado ao ciclo de reprodução do gado.

Dado que o gado tem a capacidade de reproduzir, o *lovolo*, na sua definição ideal, tem uma base material de dupla reprodução interna. Por um lado, está a reprodução de uma linhagem e por outro a reprodução da manada de outra linhagem. Portanto, o uso de gado para pagar o *lovolo* está centrado nas novilhas. A mulher casada produz uma entrada de vacas na sua linhagem, que vai contribuir para reproduzir a manada que, por sua vez, vai servir para pagar o *lovolo* dos irmãos dela. Idealmente, caso se partisse do pressuposto de que todas as linhagens têm uma manada, e todas mais ou menos o mesmo número de filhos e filhas, poderia haver uma contabilidade paralela onde o *lovolo* se «autofinanciasse».

Ora, isto não acontece assim. Possivelmente nunca aconteceu, mas no presente é claro que não acontece por várias razões: há linhagens sem gado, por causa dos efeitos das guerras e da desigualdade. Nem sempre as filhas são as mais velhas, o que possibilita entrar na roda com algumas vacas já recebidas; a estratégia de linhagem pela gestão conjunta da manada da linhagem se perdeu com a maior capacidade de decisão individual. O individualismo é reforçado pelos efeitos da vida moderna, mas também porque as crises sucessivas e a erosão ou desaparecimento das manadas linhageiras obrigaram os indivíduos a procurar uma estratégia de casamento que, embora sempre dependente da aceitação da própria linhagem, é mais individual.

Uma maneira de conseguir uma primeira novilha era de o rapaz trabalhar apascentando o gado de outra linhagem. Tradicionalmente, depois de um ano ou dois o rapaz tinha direito a receber uma novilha em pagamento. A partir daí, o rapaz podia ir criando a sua manada. Ora, hoje também não há tantas linhagens com necessidade de contratar rapazes, e muitos homens não têm hipótese de começar a criar a sua manada. Com a evolução do tempo associada à crises sociais sucessivas, transformações econômicas, bem como o impacto da modernidade, o *lovolo* foi se transformando. O que fica claro desta evolução é que o *lovolo* não é uma simples cerimônia de um dia, ou um pagamento pontual. O *lovolo* é, antes de mais, um acordo entre duas linhagens diferentes, e este acordo se ajusta às dinâmicas de cada período e possibilidades das partes envolvidas. O acordo pode ser uma aceitação da dívida, numa reunião entre as duas linhagens onde fica escrito o que deve ser entregue, quando possível. Por isso, no fim das contas ninguém fica sem casar por falta de artigos exigidos no *lovolo*.

designar os seus vizinhos ao Leste, que habitavam as planícies costeiras sul-moçambicanas.

Significado que o lobolo imprime para a mulher

O *lovolo* é um fator importante na constituição de parentesco, pois somente o homem que lobolou a sua mulher é que tem o direito de transmitir o parentesco sobre a descendência do casal. O *lovolo* é que legitima os direitos do homem sobre a descendência. Por mais que um homem estabeleça uma união de fato com uma mulher, e viva com ela maritalmente em sua casa, a família da mulher não reconhece totalmente a paternidade dos seus filhos antes de liquidar a dívida do *lovolo*. É por estes motivos que as sociedades introduziram o *lobolo* de cadáver.⁷

Judite Xavier Mapanzene, entrevistada por Litsure e Cumbe (2021), em atividades econômicas em Funhalouro, disse ter sido lobolada por dinheiro apenas. Porém, ela considera que «o *lovolo* tem valor porque eu como mulher sinto-me valorizada porque o meu marido pagou o que os meus pais exigiram pelo meu *lovolo*». A Juaneta Jossai Chilaule, também entrevistada por esses autores, considera que o *lovolo* sela o compromisso entre as partes envolvidas pois, «uma mulher não lobolada pode se envolver em namoros extraconjugais, pois, não se sente comprometida com um homem que não a lobolou». Foi nesta mesma perspectiva que Vessarina Nhamane Chilawule também comentou, afirmando que:

O *lovolo* tem valor porque garante a estabilidade da mulher no lar. Porque caso não se efectue, parece que a mulher *I nuya tsamela wa nuna* (foi se oferecer ao homem), e ela também não se sentirá comprometida e a qualquer momento pode abandonar o lar. O *lovolo* dá compromisso às partes e garante a estabilidade do lar. Mas, seu valor não é material, é simbólico (LITSURE e CUMBE, 2021, p. 28).

Nestes depoimentos encontram-se algumas das razões pelas quais as mulheres pedem para ser *lovoladas*, mesmo se muitas vezes a instituição foi usada contra elas. Pelo ato, elas sentem-se valorizadas pelos seus pais e maridos, na medida em que cumprem com o desejo dos seus pais e celebra-se compromisso entre as duas partes. Além de se sentirem reconhecidas como pessoas capazes de chefiar um lar, também é uma garantia de que os seus filhos têm um pai conhecido e elas são, portanto, pessoas com um comportamento regido pelo decoro. O *lovolo* não constitui o fim da relação entre as partes, mas sim o início de uma relação de comprometimento mútuo, celebrado no contrato que vai se aprofundar cada vez mais, na medida em que nascerão do casal filhos que irão constituir um elo de ligação consanguíneo entre as duas

⁷ Lobolar cadáver é uma prática comum em Moçambique, com particular enfoque na região Sul do país. A defesa da realização do lobolo de cadáver, como algo tradicional, é definida pela situação biográfica dos indivíduos. Isto significa que ele tem a sua história, ou é a combinação de todas experiências anteriores desses indivíduos que orienta a sua interpretação e ação, pois na tradição o passado orienta o presente através de crenças e sentimentos coletivos. Esta prática tem sido caracterizada por conflitos que surgem devido ao valor cobrado e pelo fato de uma

partes que nunca mais poderá se desfazer. No que tange aos direitos, a mulher também ganha autoridade e confiança quando sabe que a sua linhagem está em sua retaguarda, pronta para a defender quando houver problemas com a linhagem do marido. Afinal, o *lovolo* é um ato explícito de um homem que aceita publicamente que ele quer casar com uma mulher, e aceita compensar a família desta pela perda que vai sofrer sua linhagem. Dependendo do nível de riqueza das partes envolvidas, a compensação será mais ou menos elevada, mas o casamento não vai depender nunca do que se pagou, senão do acordo público entre as duas partes.

Apesar das modificações atribuídas ao *lobolo* durante a sua prática, há algumas fases básicas tradicionais para sua realização: a primeira etapa está associada à intenção do noivo estabelecer um vínculo com a mulher desejada; para tal, parentes e amigos próximos aparecem na casa da mulher num encontro denominado hikombela-mati (pedir água). Nesse caso, seus representantes levam alguns presentes específicos e abrem o diálogo para futura cerimônia de *lobolo*, identificando a mulher designada pelo noivo. Esse encontro estabelece o primeiro laço com a mulher e seus familiares por parte do noivo e de sua família, e os presentes servem como mão de entrada. Nessa ocasião, os familiares da noiva aproveitam para entregar a lista de exigências (carta de lobolo) para realização da cerimônia. Após alguns meses ou anos, dependendo da capacidade do noivo para adquirir os presentes, o *lobolo* é realizado (FERNANDES, 2018).

O *lobolo* assumidamente transcende ao amor, tratando-se de uma relação intrínseca com o mundo dos antepassados da noiva e do noivo, em que se estabelece um contato direto e contínuo entre os vivos e os mortos e, por intermédio da conexão com os espíritos antepassados e a realização de suas exigências, fundamenta-se na harmonia social entre os noivos; e, sobretudo, sela o laço social entre ambas as famílias, abençoando e garantindo prosperidade à família que está por vir. Em Moçambique, para além do *lobolo*, quer nas comunidades patrilineares, quer nas matrilineares, existem outras práticas que, em nome da cultura e tradição, reforçam a condição subalterna e submissa das mulheres. Essas práticas permitem vislumbrar também “o lugar da mulher na cultura moçambicana “Podemos apontar, por exemplo, a *poligamia*, o *livirato*, *ritos de iniciação*, *Kutchinga* etc. Essas práticas desempenham um papel de inferiorizar a mulher.

Considerações finais

No presente artigo procuramos mostrar o lugar da mulher na cultura moçambicana, mas fomos notar que este papel é condicionado por questões socioeconômicas e tradicionais. Os

das famílias não partilhar a tradição de lobolo, ou mesmo estar filiada à uma religião em que os seus crentes não devem se envolver em assuntos como lobolo de cadáver.

sistemas de parentesco estabelecidos em Moçambique explicam a triste posição da mulher como fazedora da cultura. Além da mulher ser agente ativa na produção da cultura, esta a oprime. A mulher em Moçambique lutou por muitos anos para se afirmar como protagonista da sua própria historicidade, mas tal fato ainda não foi consumado. Este crime humanitário contra a mulher tem como principal advogado a tradição machista que defende a misoginia. É preciso uma resignificação no papel da mulher na cultura, mas como escreve Zito Macário (2020, p. 45) «a redignificação da mulher não deve ser feita como tentativa de subserviência desta, mas sim, deve nascer da consciência de valorização da equidade para o bem do progresso da humanidade». Concordando com o autor, de fato, hoje, vemos a mulher moçambicana ocupando lugares importantes no que concerne aos cargos estratégicos, a exemplo de liderança e empreendedorismo, mas essa ainda sofre com questões de rebaixamento existencial e cultural. Ela, a mulher, ainda não conseguiu libertar-se das correntes machistas que a tornam refém na tomada de decisão. O homem parece dar à mulher o poder decisivo, mas ao fim de contas, o homem “ruge” por baixo.

É necessário conscientizar as pessoas (homens e mulheres) sobre o quão revolucionário é o feminismo nos espaços e lugares onde a igualdade de gênero ainda precisa ser reafirmada. O quanto a mulher, pela sua força interior e intelectual, pode fazer e contribuir melhor para a construção positiva do substrato humano e social. Deve-se pautar, como afirmou Darcy de Oliveira, pela diferença na igualdade e igualdade na diferença. O feminismo não deve ser um movimento ferido que quer, como “na luta de classes” marxiana, acabar com a classe dominante, acabando por criar um círculo vicioso de revoltas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLIER, Edda. **Um perfil das relações de gênero. Edição actualizada de 2006: Para a igualdade de gênero em Moçambique.** Estocolmo: Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ASDI), 2007.

FARRÉ, ALbert., «**Women as mediators in postwar Mozambique. Pushing lobolo from price to propriety**». Keith Hart (ed.) *Economy for and against Democracy*. NY: Berghahn Books. 2015, pp. 83-102.

FERNANDES, Rhuann. **Lobolo: celebração litúrgica e tradicional no Sul do Moçambique.** Ensaio etnográfico. 2018.

GRANJO, Paulo. **Lobolo em Maputo.** Um velho idioma para novas vivências culturais. Lisboa: Campo das Letras, 2005.

Jornal o País. **O papel da mulher no desenvolvimento rural**. 2014. Consultado em: http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/faoweb/lisbon/docs/O_Pa%C3%ADs_6_8_2_14.pdf

JÚLIO, Zito. **Misoginia e cultura em balada de amor ao vento, de Paulina Chiziane**. In: MAPERA e SANTOS. Educação, Cultura e Linguagem em Moçambique. Fundza, Beira, 2020, p 31-47.

KARBERG, Sindy. **Participação Política das Mulheres e a sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique**. Ciedima. Design e Layout: Karma Digital, 2015.

LILISIA, Amélia, et al. **Movimento Feminista em Moçambique**. Grupo de trabalho de Moçambique. Nawey.net. 2011, 31p.

LITSURE, Henrique. & CUMBE, Ilídio. **Actividades Económicas e a Reprodução Social no Espaço Rural de Funhalouro (Pecuária e ‘Lovolo’ em Mudança)**. Coordenação da pesquisa: (Ceai-UB), Inhambane, 2021.

PIRES, Antunes. **Família, Parentesco e Casamento: Assimetrias Especiais e Temporárias (2011)**. In: SARAMENTO. *O Papel da Mulher no Desenvolvimento: O Caso de Moçambique*, 2011.

Recebido em: 27/01/2021

Aprovado em: 30/04/2021